



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
CONTROLE GOVERNAMENTAL:
AUDITORIA FINANCEIRA**

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Março 2023

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO.....	4
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVO	5
4. PÚBLICO-ALVO	5
5. PERFIL DO EGRESSO	5
6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA.....	5
1. Visão Sistêmica da Administração Pública e do Controle (60h).....	6
4. Seminário de Pesquisa (15h)	6
5. Auditoria Financeira (45h).....	6
6. Técnicas de Auditoria do Setor Público (40h)	6
7. Fundamentos Jurídicos Aplicados ao Controle (30h).....	6
8. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (45h).....	6
9. ABR (60h).....	6
Aproveitamento de Créditos.....	6
Total	6
7. CRONOGRAMA	11
8. INSTITUIÇÃO PROMOTORA	12
9. COORDENAÇÃO	12
10. CORPO DOCENTE.....	12
11. METODOLOGIA.....	12
12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC).....	13
13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	14
14. ACERVO	14
15. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO.....	15
15.1. Frequência mínima.....	15
15.2. Sistema de avaliação por disciplina.....	15
15.3. Avaliação do TCC	15
16. CERTIFICAÇÃO	15
APÊNDICE I – BIBLIOGRAFIAS	16
DISCIPLINA 1 – Visão Sistêmica da Administração Pública e do Controle (60h).....	16
DISCIPLINA 2 – Instrumentos e Técnicas para o Controle: Introdução à Tecnologia da Informação (45h).....	17
DISCIPLINA 3 – Metodologia da Pesquisa (45h).....	18

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

DISCIPLINA 4 – Seminário de Pesquisa (15h)	20
DISCIPLINA 5 – Auditoria Financeira (45h)	20
DISCIPLINA 6 – Técnicas de Auditoria do Setor Público (40h)	21
DISCIPLINA 7 – Fundamentos Jurídicos Aplicados ao Controle (30h)	23
DISCIPLINA 8 – Contabilidade Aplicada ao Setor Público (45h)	24
DISCIPLINA 9 – ABR (60h)	26
APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS – IPSAS (150h)	27
APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS – PESA-P (100h)	28

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso	Especialização em Controle Governamental: Auditoria Financeira
Área do conhecimento	Ciências Sociais Aplicadas
Modalidade	Híbrida (presencial com transmissão ao vivo e EAD)
Instituição promotora	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) - credenciado pelo MEC para oferta de cursos de pós-graduação presencial e EAD (Portaria nº 247, de 14/02/2017)
Vagas	30
Público-alvo	Servidores do TCU e de Instituições parceiras que possuam diploma de nível superior reconhecido pelo MEC
Coordenação	Prof. Dr. Lucas Oliveira G. Ferreira
Período da oferta	Abril de 2023 a outubro de 2024
Carga horária	425h sendo 385 horas de disciplinas mais 40 horas de TCC
Forma de ingresso	Processo seletivo regido por edital específico
Corpo docente	Dr. André Tortato Rauen - http://lattes.cnpq.br/8690868696190633 Dr. Bruno Dantas Nascimento - http://lattes.cnpq.br/5684405436181650 Dr. Edans Flávio de O. Sandes - http://lattes.cnpq.br/5132071359802549 Dr. Edilson Ferneda - http://lattes.cnpq.br/2531761427648020 Dr. Hugo Leonardo M. Carvalho - http://lattes.cnpq.br/0340098795739149 Dr. José Alves Dantas - http://lattes.cnpq.br/4292408391743938 Dr. Lucas Oliveira G. Ferreira - http://lattes.cnpq.br/0659153293462243 Dr. Luiz Akutsu - http://lattes.cnpq.br/1600956261097499 Dr. Rafael Silveira e Silva - http://lattes.cnpq.br/1101296312661229 Dr. Remis Balaniuk - http://lattes.cnpq.br/8456124569258786 Dra. Denise Britz do Nascimento Silva - http://lattes.cnpq.br/0235269476708481 Ms. Antonio Augusto J. Anastasia - http://lattes.cnpq.br/9798247919674811 Ms. Glauber de Castro Barbosa - http://lattes.cnpq.br/4029441798200204 Esp. Antônio Alves de Carvalho Neto - http://lattes.cnpq.br/6682627299238671 Esp. Leonardo Rodrigues Albernaz - http://lattes.cnpq.br/9990557885143126

2. JUSTIFICATIVA

Cabe ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC), por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC) e em parceria com as demais unidades técnicas, instituir e implantar um conjunto de diretrizes que permitam ao TCU, por meio da profissionalização de seu corpo técnico, alcançar os objetivos presentes em seu Plano Estratégico e, conseqüentemente, cumprir com excelência sua missão institucional. Também compete ao Instituto “promover ações educativas voltadas ao público externo que contribuam com a efetividade do controle, o aprimoramento da Administração Pública e a promoção da cidadania”, assim como “promover a inovação e a gestão do conhecimento para o contínuo aprimoramento do controle e da Administração Pública”.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do ISC, com a atual vigência de 2020-2024, prevê a oferta anual de pelo menos três ações educacionais em nível de especialização *lato sensu*. Neste sentido, em consonância com o Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União PET - TCU (2023 - 2028) e com o PDCC (2021 – 2023), propõe-se o presente curso de especialização cujo projeto pedagógico está plenamente alinhado com o desenvolvimento de competências no

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

âmbito das trajetórias de controle externo previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências em vigor.

A modalidade híbrida de Educação, que inclui os formatos presencial, telepresencial e a distância, foi escolhida como forma de ampliar a possibilidade de acesso ao conteúdo deste curso, permitindo que pessoas lotadas em múltiplas unidades da federação, bem como profissionais que não podem se deslocar fisicamente para uma instituição de ensino, possam ter acesso ao conhecimento disponibilizado e, posteriormente, aplicá-lo em seu contexto local.

3. OBJETIVO

O objetivo principal do curso é capacitar servidores em práticas inovadoras de pesquisa, análise, produção de conhecimentos e elaboração de produtos técnicos científicos, bem como de aplicação de instrumentos e técnicas de auditoria financeira para o controle da administração pública.

4. PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, que atuem ou pretendam atuar na área de interesse do curso, com prioridade para profissionais que atuem na área de controle da administração pública.

O ingresso no curso ocorrerá por meio de processo seletivo regido por **edital próprio**, podendo abranger tanto profissionais pertencentes ao quadro funcional do TCU quanto de outras instituições parceiras, a critério da direção do ISC-TCU.

5. PERFIL DO EGRESSO

O egresso deverá retornar às suas atividades laborais com maior capacidade para aplicar instrumentos e técnicas inovadoras de Auditoria Financeira no controle da administração pública. Essas competências poderão ser aplicadas na área de atuação de cada aluno em suas respectivas instituições. O egresso do curso deverá ser capaz de, no exercício de suas atividades laborais, contribuir para a melhoria do controle governamental.

A partir desse processo de desenvolvimento técnico e profissional, o egresso será incentivado a continuar sua busca por autodesenvolvimento, por meio de uma educação por toda a vida, em benefício da Administração Pública e da sociedade brasileira.

6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

A matriz curricular do curso é composta por **9 (nove) disciplinas**, sendo elas obrigatórias e/ou optativas, conforme tabela a seguir:

Disciplina	Discentes do IPSAS	Discentes do PESA-P	Demais Discentes
------------	--------------------	---------------------	------------------

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

1. Visão Sistêmica da Administração Pública e do Controle (60h)	X	X	X
2. Instrumentos e Técnicas para o Controle: Introdução à Tecnologia da Informação (45h)	X	X	X
3. Metodologia da Pesquisa (45h)	X	X	X
4. Seminário de Pesquisa (15h)	X	X	X
5. Auditoria Financeira (45h)		X	X
6. Técnicas de Auditoria do Setor Público (40h)	X		X
7. Fundamentos Jurídicos Aplicados ao Controle (30h)	X	X	X
8. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (45h)		X	X
9. ABR (60h)			X
Aproveitamento de Créditos	150h	100h	
Total	385h	385h	385h

*As disciplinas marcadas com X representam as disciplinas obrigatórias para cada um dos perfis de discentes. Os campos em branco representam disciplinas optativas, que o discente tem a oportunidade de cursar caso deseje. Discentes que realizarem a certificação para obtenção do Diploma em International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), oferecido pelo The Chartered Institute of Public Finance & Accountancy (CIPFA), conforme Edital-ISC nº 4, de 23 de fevereiro de 2023. Discentes que realizarem a certificação do Professional Education for SAI Auditors-Pilot (PESA-P).

O discente deverá cursar pelo menos o total de **385 horas/aula** das disciplinas, além de mais 40h para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC). Os objetivos de cada disciplina estão descritos a seguir:

Disciplinas	Objetivos	CH
1	<p style="text-align: center;">Visão Sistêmica da Administração Pública e do Controle</p> <ul style="list-style-type: none"> • ampliar o campo de análise do discente quanto às atribuições e aos desafios do controle governamental, por meio de uma compreensão integrada dos problemas sociais e do papel da Administração Pública; • analisar as causas raízes de problemas sociais e do papel da Administração Pública nesse contexto, considerando a atuação segmentada em suas políticas e as limitações institucionais, de gestão e de sistemas de informação; • discutir questões cruciais para a atuação do controle nas áreas econômica, jurídica e contábil, como por exemplo: a) necessidade de garantir demonstrações financeiras críveis e transparentes para os órgãos da administração direta e indireta; b) discussão dos incentivos econômicos em políticas públicas e o impacto regulatório em processos de concessão; e c) alterações na atuação dos órgãos de controle em função da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e da nova Lei de Licitações; • debater o papel, os limites e as oportunidades de atuação do controle governamental na gestão pública; e • ampliar a visão dos discentes sobre os problemas da sociedade brasileira e do funcionamento da Administração Pública, abrindo um espaço de discussão que influenciará o senso crítico e a visão sistêmica no decorrer do programa de pós-graduação. 	60

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Disciplinas		Objetivos	CH
2	Instrumentos e Técnicas para o Controle: Introdução à Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • analisar os principais instrumentos e técnicas do universo do controle por meio de exemplos práticos de ações fiscalizatórias; • demonstrar a aplicabilidade de tecnologias em ações de controle, tais como: auditorias contínuas, análise de dados (descritiva, inferencial, preditiva e prescritiva), análises multidimensionais, processos de segurança da informação, <i>blockchain</i>; • fomentar na discente postura crítica e investigativa em busca de oportunidades de inovações, com contínuo interesse pelos avanços tecnológicos disponíveis e pela produção de novas tecnologias e abordagens. 	45
3	Metodologia da Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • apresentar os fundamentos epistemológicos, teóricos e práticos do método científico; • capacitar o discente para o planejamento, a execução e a redação de um projeto de pesquisa, abordando: a) escolha e delimitação do tema; b) formulação do problema, das justificativas, dos objetivos e das hipóteses; c) classificação da pesquisa (documental, experimental, estudo de caso, pesquisa-ação etc.); d) levantamento e tratamento de dados (revisão de literatura, análises quantitativas e qualitativas, amostragem, fontes e coleta de dados primários e secundários, exploração e visualização de dados); e) análise crítica dos dados e produção de resultados; • apresentar noções básicas sobre métodos qualitativos de pesquisa; • apresentar os diferentes formatos de estruturação do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, tais como: dissertação, artigo científico, desenvolvimento de produto ou solução tecnológica; • instruir sobre as normas técnicas (ABNT e outras) e ferramentas de apoio à elaboração do TCC (formatação de documentos e gerenciamento automático de referências), bem como sobre o suporte oferecido pela IES (acesso à biblioteca, base de dados e infraestrutura para pesquisa); • incentivar a participação dos alunos nos grupos de pesquisa e a produção de conhecimentos e inovações técnicas ou tecnológicas para área de controle governamental; • apresentar noções básicas sobre métodos quantitativos de pesquisa; • orientar a utilização de amostra, questionário, trabalho de campo, processamento dos dados e análise dos resultados quantitativos; • capacitar o discente para realizar estatística descritiva dos dados, estatística univariada e multivariada, medidas de tendência central e medidas de dispersão, teste de hipótese e associação entre variáveis quantitativas. 	45

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Disciplinas		Objetivos	CH
4	Seminário de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • promover a preparação e a apresentação da proposta de TCC pelos alunos; • convidar docentes, especialistas e gestores públicos que atuam no TCU e em órgãos parceiros para apresentar problemas reais aos alunos, que terão oportunidade de discutir e, alternativamente, direcionar as respectivas pesquisas; • orientar os alunos para correções na delimitação do tema, justificativas, problematização, objetivos, fontes, técnicas de coleta de dados e procedimentos de análises dos dados coletados; • promover evento de Seminários aberto ao público da IES para apresentação do Exame de Qualificação dos alunos, sendo este pré-requisito para a defesa da pós-graduação. 	15
5	Auditoria Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • apresentar os conhecimentos relacionados a auditoria baseada em risco, Normas Internacionais de Auditoria, estrutura conceitual, objetivos gerais da auditoria financeira, condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria, controle de qualidade no nível de trabalho, documentação, responsabilidade do auditor em relação a fraude, consideração de leis e regulamentos, comunicação com responsáveis pela governança e pelo controle interno, planejamento, identificação e avaliação de distorção relevante, materialidade, resposta do auditor aos riscos avaliados, evidências de auditoria, confirmações externas, trabalhos iniciais, procedimentos analíticos, amostragem em auditoria, estimativas contábeis, partes relacionadas, eventos subsequentes, continuidade operacional, representações formais, auditorias de demonstrações contábeis de grupos, utilização do trabalho de auditoria interna e de especialistas, formação da opinião e relatório de auditoria, modificações na opinião do auditor, parágrafos de ênfase e parágrafos com outros conteúdos, informações comparativas, responsabilidade do auditor em relação a outras informações, auditorias de demonstrações contábeis elaboradas de acordo com estruturas de contabilidade para propósitos especiais, auditoria de quadros isolados das demonstrações contábeis e de elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis, trabalhos para a emissão de relatório sobre demonstrações contábeis condensadas; • analisar os aspectos relacionados a auditoria no nível de demonstração, auditoria no nível de afirmação para classes de transações, saldos de conta e divulgações: disponível, aplicações financeiras, estoques, créditos, investimentos, imobilizado, restos a pagar, dívida mobiliária, dívida contratual, patrimônio líquido, receitas, despesas e variações patrimoniais ativas e passivas; 	45

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Disciplinas		Objetivos	CH
6	Técnicas de Auditoria do Setor Público	<ul style="list-style-type: none"> • proporcionar um espaço de investigação e discussão sobre as técnicas de auditoria aplicáveis no setor público; • capacitar o discente para a compreensão e utilização de ferramentas e técnicas para realização da atividade de auditoria no âmbito do setor público, especificamente nas áreas temáticas das funções de governo, como saúde, educação, infraestrutura, segurança, assistência social etc.; • desenvolver visão crítica e construtiva sobre a aplicação de técnicas de auditoria no exercício do controle governamental e de seus impactos para a sociedade; • oferecer oportunidades de aplicação prática destes conhecimentos por meio da análise de casos reais de técnicas utilizadas em auditorias realizadas pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFSs). 	40
7	Fundamentos Jurídicos Aplicados ao Controle	<ul style="list-style-type: none"> • investigar o conceito de <i>accountability</i>, a necessidade de confiança e asseguração, o papel da auditoria nas relações de <i>accountability</i> e a estrutura da auditoria no setor público segundo a Constituição Federal e legislação infraconstitucional; • analisar os aspectos conceituais de controle externo, controle interno, auditoria interna e controladoria; • explorar os elementos, tipos, objetivos e objetos de auditoria do setor público; • analisar normas nacionais e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, suas finalidades, seu conteúdo material e seus principais organismos emissores, dentre os quais <i>Intosai's Framework of Professional Standards</i> (IFPS), ISA/IAASB/CFC; • induzir a produção e aplicação de conhecimentos e de inovações técnicas ou tecnológicas sobre os fundamentos jurídicos aplicados ao controle. 	30
8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	<ul style="list-style-type: none"> • investigar os fundamentos teóricos e práticos relacionados à contabilidade aplicada ao setor +30+público presentes na Constituição Federal de 1988, na Lei 4.320/1964, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), nos Subsistemas de Contas, no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e na literatura especializada; • analisar as demonstrações financeiras (Ipsas 1), mudanças de políticas, estimativas e erros (Ipsas 3), bem como as demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Ipsas 6); • induzir a produção e aplicação de conhecimentos e de inovações técnicas ou tecnológicas sobre contabilidade aplicada ao setor público. 	45
9	ABR	<ul style="list-style-type: none"> • ABR I: explicar a natureza dos trabalhos de auditoria; descrever os tipos de trabalho, os elementos básicos, os objetos e os objetivos gerais da auditoria do setor público; 	60

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Disciplinas		Objetivos	CH
		<p>identificar as estruturas conceituais para os trabalhos de auditoria e para outros trabalhos de asseguarção; descrever como o risco de informação é formado e como afeta as relações de <i>accountability</i>; explicar a relação entre as expectativas gerais dos usuários dos relatórios de auditoria e o conceito de asseguarção; conceituar relevância e materialidade nas perspectivas quantitativa e qualitativa; conceituar estratégia global de auditoria e plano de auditoria; identificar os objetivos gerais do auditor em uma auditoria; explicar como os auditores obtêm a segurança necessária para fornecer asseguarção em auditoria; distinguir os tipos de resposta que o auditor pode adotar para responder aos riscos avaliados de distorção relevante na informação do objeto; diferenciar os tipos de procedimentos que o auditor utiliza para realizar testes de auditoria, explicando sua natureza, época e extensão; conceituar evidência de auditoria; definir suficiência e adequação da evidência de auditoria; classificar a evidência de auditoria conforme o tipo de procedimento de auditoria para sua obtenção; descrever o processo global de obtenção de evidência de auditoria.</p>	
		<ul style="list-style-type: none"> • ABR II: definir risco e avaliação de risco em auditorias; reconhecer o propósito da avaliação de risco em auditorias; definir controle interno no nível de entidade e no nível de atividades; descrever o processo decisório da auditoria baseada em risco segundo a abordagem “top-down” de avaliação de riscos e controles; descrever o modelo de risco do AICPA, definindo os seus componentes; identificar os riscos da gestão e os riscos que o auditor controla na auditoria; explicar as formas de utilização do modelo de risco de auditoria; utilizar o modelo de risco de auditoria para determinar a relevância ou significância dos riscos para a auditoria; reconhecer a necessidade de utilizar o modelo de risco de auditoria. 	
-	IPSAS (Aproveitamento)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Participants will be able to demonstrate a detailed knowledge of the technical content of accruals based IPSAS, Cash Basis IPSAS, and the ability to apply this knowledge within public service organisations.</i> • <i>01. The financial reporting context for public sector entities. 02. Accruals basis financial statements – advanced level. 03. Accounting for tangible and intangible assets – advanced level. 04. Accounting for impairments – advanced level. 05. Accounting for revenue and provisions – advanced level. 06. Accounting for inventories, accounting policies and events – advanced level. 07. Consolidation. 08. The cash flow statement – advanced level. 09. Reporting and disclosing</i> 	150

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Disciplinas		Objetivos	CH
		<i>financial performance and position. 10. IPSAS financial reporting under the cash basis of accounting – advanced level.</i>	
-	PESA-P (Aproveitamento)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>PESA provides education based on a syllabus designed to grow people towards the competencies outlined in INTOSAI’s Competency Framework for Public Sector Audit Professionals at Supreme Audit Institutions.</i> • <i>PESA learning outcomes are mapped to INTOSAI’s competency framework. The learning outcomes cover the full range of competencies that are universally needed by SAI auditors. The syllabus includes outcomes related to the demonstration of knowledge, skills and personal attributes. Mapped to performance goals of a professional SAI auditor, achieving these outcomes requires you to reflect on the education and apply it in the SAI context through the initial professional development portfolio.</i> • <i>The Competency Framework provides for competencies that are observable and this is reflected in the learning outcomes which are designed to be measurable, and application-based. The learning outcomes will be assessed in the final competency-based assessment.</i> • <i>Auditor participating in PESA will study seven papers in all. These include:</i> <ul style="list-style-type: none"> • <i>2 cross-cutting papers that cover learning outcomes related to reflecting on value and benefits of SAIs and demonstrating professional behaviour in SAI context.</i> • <i>5 functional papers related to the audit stream selected by the SAI auditor. The learning outcomes will include demonstration of deep knowledge and skills to carry out high quality audits in one of the 3 audit streams (Compliance Audit, Financial Audit or Performance Audit).</i> • <i>More information: https://www.idi.no/work-streams/professional-sais/pesa-p/what-are-the-learning-outcomes</i> 	100
Trabalho de Conclusão de Curso			40
Total			425

As bibliografias das disciplinas estão relacionadas no Apêndice I – **Bibliografias**.

7. CRONOGRAMA

O curso terá duração estimada de 18 meses e está previsto para iniciar a oferta da primeira disciplina em abril de 2023 com o término previsto para junho de 2024, quando da oferta da última disciplina. Após o encerramento da última disciplina, o estudante terá até 90 (noventa)

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

dias para elaborar e defender, em banca examinadora, o seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

DISCIPLINA	TOTAL DE ENCONTROS	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	LOCAL	PERÍODO PROVÁVEL
1	6	SEXTAS-FEIRAS	Das 08:30 às 12:30 e 14:00 às 18:00 (8 horas)	ISC/TCU	19 de maio a 7 de julho de 2023
2	6				4 de agosto a 8 de dezembro de 2023
3	6				23 de fevereiro a 21 de junho de 2024
4	2				2 de agosto a 18 de outubro de 2024
5	6				
6	5				
7	4				
8	6				
9 ou 10	9				
Banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso				ISC/TCU	Até 31 de janeiro/2025
As aulas serão ministradas, preferencialmente, na sede do ISC em Brasília/DF e transmitidas ao vivo para os alunos que não puderem se deslocar até o Instituto. Para aprovação no curso de especialização será exigido o mínimo de 75% de presença ou de participação ao vivo (síncrona) no total das disciplinas.					

O cronograma detalhado das ofertas será definido e comunicado aos alunos oportunamente.

8. INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) - credenciado pelo MEC para oferta de cursos de pós-graduação presencial e EAD (Portaria nº 247, de 14/02/2017).

9. COORDENAÇÃO

O curso será regido por regulamento próprio e será coordenado por um **Colegiado** conforme estabelecido no Regulamento Geral do Programa de Pós-Graduação do ISC.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente será constituído, preferencialmente, pelos professores do quadro de docente permanentes do ISC. Servidores pertencentes ao quadro do TCU e de outras instituições públicas, que possuam titulação de doutor, mestre ou especialista, conhecimento profissional na área do curso e experiência pedagógica, também poderão ser selecionados por edital ou convidados pelo Instituto Serzedello Corrêa.

11. METODOLOGIA

O Processo de ensino será desenvolvido no formato híbrido (presencial, com transmissão ao vivo, e atividades desenvolvidas no formato EAD). As aulas presenciais serão ministradas,

preferencialmente, nas dependências do ISC/TCU, de acordo com o cronograma previamente divulgado, com transmissão ao vivo.

Os estudantes poderão optar por participar das aulas nas dependências do ISC ou de forma remota, por meio de plataforma de webconferência. O controle de presença será feito em todas as aulas e atividades síncronas.

Os conteúdos, materiais didáticos, aulas gravadas, atividades avaliativas e demais objetos de aprendizagem ficarão disponíveis em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA para acesso pelo estudante, conforme o cronograma de cada disciplina.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

Será garantido ao aluno o prazo mínimo de 90 (noventa) dias corridos para a elaboração do TCC, a contar do encerramento da última disciplina do curso. A avaliação do TCC será realizada por uma Banca a ser designada pelo Colegiado do curso, constituída por, no mínimo, 2 (dois) professores, sendo um deles o orientador. Pelo menos um dos membros da Banca deverá ter, no mínimo, o título de Mestre.

O TCC deverá ser elaborado no formato de artigo, o qual, após a aprovação na banca examinadora, deverá ser submetido, pelo aluno, no prazo de até 90 dias, à publicação em revista científica com classificação Qualis/Capes A4 ou superior ou equivalente. O recebimento do Certificado de conclusão do curso estará condicionado à comprovação desta submissão.

O aluno deverá elaborar individualmente o seu trabalho de conclusão de curso (TCC), o qual deverá, obrigatoriamente, estar vinculado a uma linha de pesquisa/atuação e a um dos Grupos de Pesquisa em atividade no TCU, conforme descrito abaixo:

Linhas de Pesquisa

- **Linha 1:** Fundamentos e Instrumentos de Controle Governamental.
- **Linha 2:** Tecnologias para Inovação do Controle Governamental.

Grupos de Pesquisa

- **GP1 - Instrumentos de Controle:** busca o desenvolvimento de competências para avaliar, propor e aplicar princípios, modelos e instrumentos de controle - que incluem auditoria financeira, operacional e de conformidade, prestação e tomada de contas - com base em padrões e técnicas de fiscalização e governança pública.
- **GP2 - Combate à Fraude e à Corrupção:** investiga mecanismos de identificação e avaliação de riscos e indícios de fraude e corrupção, responsabilização de agentes públicos, parcerias estratégicas e demais ações que promovam o combate à fraude e à corrupção.
- **GP3 - Controle de Políticas Públicas:** contempla os diferentes aspectos do ciclo de políticas públicas sob o enfoque do controle, incluindo a avaliação da formulação, do desempenho, da governança, dos riscos e dos impactos das políticas públicas.
- **GP4 - Regulação e Desestatização:** concentra-se na compreensão de aspectos regulatórios, legais e institucionais de serviços públicos concedidos ou desestatizados, em setores como os de energia elétrica, transportes, infraestrutura urbana,

telecomunicações, mineração, petróleo e gás, e sua relação com o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

- **GP5 - Auditoria Contínua:** trata do uso de tecnologia da informação na produção automatizada e periódica de resultados relevantes e tempestivos para o controle governamental.
- **GP6 - Geocontrole:** investiga soluções baseadas no uso de geotecnologias no que diz respeito à sua aplicabilidade e utilidade em questões ligadas ao controle governamental.
- **GP7 - Avaliação de Impacto e de Riscos:** pesquisa e aplica metodologias para avaliar a efetividade de ações de controle ou de políticas públicas e seus impactos, bem como identifica e desenvolve instrumentos de análise de riscos baseada em dados e evidências para subsidiar as ações de controle.
- **GP8 - Inovação e Transformação Digital:** investiga novas tecnologias para aperfeiçoar o controle governamental, assim como avalia e identifica oportunidades de melhoria dos serviços públicos digitais, com o objetivo de aprimorar a integração, confiabilidade, transparência e eficiência da Administração Pública.
- **GP9 – Compras Públicas de Inovação:** Objetiva testar, em diferentes pilotos, o uso de instrumentos de compras públicas para inovação, como por exemplo Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), Diálogos Competitivos e Encomendas Tecnológicas.

As diretrizes para a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso serão estabelecidas em regulamento próprio. Para orientar a elaboração do TCC será designado um professor orientador.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Independentemente da programação das disciplinas previstas, atividades complementares poderão ser desenvolvidas, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e o interesse do ISC.

14. ACERVO

A Bibliografia básica do curso está indicada no Apêndice I – Bibliografias e é constituída de material digital ou de livros e/ou periódicos oportunamente adquiridos e disponibilizados pelas Bibliotecas do Tribunal de Contas da União, para acesso aos alunos do curso, ou ainda disponibilizados na comunidade virtual de aprendizagem quando se tratar de conteúdo digital de livre divulgação.

Cada disciplina do curso contará também outras fontes bibliográficas que poderão ser indicadas no decorrer das aulas pelos docentes das disciplinas como leituras básicas ou complementares. Essa bibliografia adicional será constituída preferencialmente de material digital, a ser disponibilizado na comunidade virtual de aprendizagem, sendo evitada a reprodução física do material de leitura por respeito a princípios de sustentabilidade e economia de recursos naturais. Todo material disponibilizado deverá obedecer à legislação de direitos autorais. Livros e/ou artigos de periódicos que compõem a bibliografia complementar das disciplinas poderão ser, eventualmente, adquiridos pela Biblioteca, se indicados previamente pelos docentes.

15. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

	1	2	3	4	5
Etapa do Ciclo de Avaliação	Levantamento do perfil acadêmico e das expectativas em relação à ação educacional.	Avaliação da disciplina pelo discente e docente ao término das aulas.	Avaliação da infraestrutura na metade do período de aulas e Avaliação de término de curso ao final de todas as disciplinas.	Avaliação da atividade de orientação pelo discente e pelo docente.	Avaliação do egresso um ano após o término do curso.
Instrumentos	Ficha de inscrição/Dados Complementares	Avaliação da disciplina pelo docente. Avaliação da disciplina pelo discente.	Avaliação da infraestrutura pelo discente. Avaliação de término de curso pelo discente.	Avaliação da atividade de orientação pelo docente. Avaliação da atividade de orientação pelo discente.	Avaliação de egresso pelo chefe imediato.

15.1. Frequência mínima

A frequência mínima exigida para a aprovação é de 50% de presença por disciplina e de 75% do total de disciplinas.

No caso das disciplinas em formato totalmente a distância, a frequência será calculada com base no percentual de execução das atividades propostas.

15.2. Sistema de avaliação por disciplina

O aproveitamento acadêmico poderá ser medido por meio de atividades digitais, provas, trabalhos e participação, individuais ou em grupo. O rendimento será aferido por disciplina, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o aluno que alcançar rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis).

15.3. Avaliação do TCC

A avaliação do trabalho de conclusão do curso será realizada por banca examinadora nos termos do Regulamento de elaboração e apresentação de TCC.

16. CERTIFICAÇÃO

Ao discente que obedecer às exigências do curso e atender aos critérios de aprovação, a saber, nota mínima de 6 (seis) por disciplina, frequência mínima de 50% por disciplina e 75% no conjunto de disciplinas, aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e submissão do TCC à publicação em revista científica com classificação Qualis/Capes A4 ou superior ou equivalente, será conferido o Certificado de conclusão do curso de **Especialização em Controle Governamental: Auditoria Financeira**.

APÊNDICE I – BIBLIOGRAFIAS

DISCIPLINA 1 – Visão Sistêmica da Administração Pública e do Controle (60h)

Bibliografia básica:

ABRUCIO, F. L. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 41, p. 67-86. Edição Especial Comemorativa.

ATTIE, W. (2011). *Auditoria: conceitos e aplicações*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

BECKER, G.; STIGLER, G. J. (1974). Law Enforcement, Malfeasance, and Compensation of Enforcers. *Journal of Legal Studies*.

BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. (Orgs.). (2015). *Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência*. Brasília, Tesouro Nacional.

BOURGON, J. (2010). Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo. *Revista do Serviço Público*, v. 61, n. 1, p. 5-33.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. (2011). *Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes*. Brasília: Ipea. p. 1-76. (Texto para Discussão, n. 1686)

CARVALHO, F. L.; RODRIGUES, R. S. (2018). O Tribunal de Contas no Brasil e seus congêneres europeus: um estudo comparativo. *A&C-Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, 18 (71), pp. 225-248.

COSTA, B; OLIVIERI, C; TEIXEIRA, MC. (2016). Participação, eficiência e accountability no Brasil: desafios administrativos, políticos e institucionais. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 672-675.

COUTINHO, D. T. P. M. (2016). A questão da efetividade das decisões dos Tribunais de Contas. *Revista do TCE-MG*, v. 34, n. 3. Belo Horizonte.

DRAIBE, S. (1997). Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas de programas sociais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 4, p. 3-15, out./ dez.

FORTINI, C.; ESTEVES, J. C. S.; DIAS, M. T. F. (org.) (2008). *Políticas Públicas: possibilidades e limites*. Belo Horizonte: Fórum.

FREITAS, J. (2009). *Discrecionalidade administrativa e o direito fundamental à boa administração pública*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros.

HAY, D.; CORDERY, C. (2018). Organizing the Audit Society: Does Good Auditing Generate Less Public Sector Corruption?. *Administration & Society*, 50(10), pp. 1508-1532.

Bibliografia complementar:

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

IOCKEN, S. N.. (2013). Avaliação de políticas públicas: instrumento de controle e garantia de qualidade do gasto público. Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, n. 53.

LINO, A. F.; AQUINO, A. C. B. (2018). A diversidade dos Tribunais de Contas regionais na auditoria de governos. Revista Contabilidade & Finanças, 29(76), 26-40.

The Millennium Development Goals Report. (2015) United Nations. URL: [https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)

DISCIPLINA 2 – Instrumentos e Técnicas para o Controle: Introdução à Tecnologia da Informação (45h)

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, F. F. T. (2007). A auditoria operacional e seus desafios: um estudo a partir da experiência do Tribunal de Contas da União. Rio de Janeiro, Renovar.

ALCANTARA, L.T. de et al. (2019). Uso da tecnologia Blockchain como instrumento de governança eletrônica no setor público. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34651/1/EVENTO_UsoTecnologiaBlockchain.pdf

AGUINIS, H., G. R. K.; JOO, H. (2013). Best-practice recommendations for defining, identifying, and handling outliers. Organizational Research Methods, 16, 270-301.

BENLI, V. F.; CELAYIR, D. (2014). Risk based internal auditing and risk assessment process. European Journal of Accounting and Finance Research. Gillingham, v. 2, n. 7, p. 1-16.

CARVALHO NETO, A. A. (2014). Abordagem de auditoria baseada em risco no TCU – Brasília.

DOMÍNGUEZ - ALMENDROS S., BENÍTEZ-PAREJO N., GONZALEZ-RAMIREZ A. (2011). Logistic regression models. Allergol Immunopathol (Madr) ;39(5):295-305.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. (2009) Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier.

GRIFFITHS, P. (2005). Risk-Based Auditing. Burlington: Gower.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J., & ANDERSON, R. E. (2010). Multivariate data analysis (7th ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall.

KACHIGAN, S. K. (1991). Multivariate Statistical Analysis: A Conceptual Introduction. 2nd Ed. Radius.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

KEIM D. A; KOHLHAMMER J, E. G., MANSMANN F. (2010). Mastering the Information Age: Solving Problems with Visual Analytics. Florian Mansmann.

Bibliografia complementar:

KIRKOS E, S. C; MANOLOPOULOS Y. (2007). Data Mining techniques for the detection of fraudulent financial statements. Expert Systems with Applications:32(4):995–1003.

LIN J.W., HWANG M.I., BECKER J.D. (2003). A fuzzy neural network for assessing the risk of fraudulent financial reporting. Managerial Auditing Journal. 18(8):657–665.

TAPSCOTT, D., & TAPSCOTT, A. (2016). The impact of blockchain goes beyond financial services. Harvard Business Review (Retrieved from <https://hbr.org/2016/05/the-impact-of-theblockchaingoes-beyond-financial-services>).

DISCIPLINA 3 – Metodologia da Pesquisa (45h)

Bibliografia básica:

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais. Porto Alegre, Penso, 2012.

AQUINO, I.S. (2010). Como escrever artigos científicos. 7. ed. São Paulo: Saraiva.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A.S. (2007). Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A. (2008). A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes.

CARVALHO, S. (2011). Como (não) se faz um trabalho de conclusão. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Brasil: Bookman, 2010.

EVANS, J. et al. Living labs and co-production: university campuses as platforms for sustainability science. Current Opinion in Environmental Sustainability, v. 16, p. 1–6.

DEMO, P. (2000). Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas.

ECO, U. (2010). Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva.

GIL, A. C. (1991). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

LAVILLE, C.; DIONNE, J. (1999). A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Paulo Felipe de; GUERRA, Saulo; MCDONNELL, Robert. Ciência de Dados com R – Introdução. Brasília: Editora IBPAD, 2018. <https://cdr.ibpad.com.br/>

PITHAN, L. H.; VIDAL, T. R. A. (2017). O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. Revista Direito & Justiça v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 201.

POPPER, K. (2007). A lógica da pesquisa científica. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.

SAINANI, Kristin. (s.d.). Redação científica (Writing in the sciences). Stanford Online. Disponível em: <https://pt.coursera.org/learn/sciwrite#syllabus>

SANTOS, B. S. (2002). Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento.

VERGARA, S. C. (2005). Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

WHEELAN, Charles. 2016. Estatística: O Que É, Para Que Serve, Como Funciona. Rio de Janeiro: Zahar.

WICKHAM, Hadley, and Garret Grolemond. 2019. R Para Data Science. Porto Alegre: Arned.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Brasil: Bookman, 2014.

Bibliografia complementar:

POPPER, K. (2007). A lógica da pesquisa científica. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.

SAINANI, Kristin. (s.d.). Redação científica (Writing in the sciences). Stanford Online. Disponível em: <https://pt.coursera.org/learn/sciwrite#syllabus>

SANTOS, B. S. (2002). Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento.

VERGARA, S. C. (2005). Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Brasil: Bookman, 2014.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

DISCIPLINA 4 – Seminário de Pesquisa (15h)

Bibliografia básica:

- AQUINO, I.S. (2010). Como escrever artigos científicos. 7. ed. São Paulo: Saraiva.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A.S. (2007). Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M.A. (2008). A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes.
- CARVALHO, S. (2011). Como (não) se faz um trabalho de conclusão. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Brasil: Bookman, 2010.
- EVANS, J. et al. Living labs and co-production: university campuses as platforms for sustainability science. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 16, p. 1–6.
- DEMO, P. (2000). Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas.
- ECO, U. (2010). Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva.
- GIL, A. C. (1991). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. (1999). A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED.
- MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.

Bibliografia complementar:

- ARINHO, M. E. P.; VARELLA, M. D. (2013). Plágio em trabalhos acadêmicos: proposta de políticas institucionais de integridade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, no 1, 2015 p. 353-365 *Políticas Públicas*, vol.3, n.2, pp.424-443.
- POPPER, K. (2007). A lógica da pesquisa científica. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.
- VERGARA, S. C. (2005). Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Brasil: Bookman, 2014.

DISCIPLINA 5 – Auditoria Financeira (45h)

Bibliografia básica:

- AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (AICPA). (2006). AU 312: Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit. Estados Unidos.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

_____. (2007). Statements on Auditing Standards (SASs) No. 104–11 Risk Assessment Standards. Overview of the Standards.

ARENS, A. A. (2011). Auditing and Assurance Services – An Integrated Approach, 11th, pp. 208–216, Prentice Hall, New Jersey, 2006.

ATTIE, W. (2011). Auditoria: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas.

BRASIL. (2010). Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT). Portaria TCU 280, de 8 de dezembro de 2010. Brasília.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. (2002). Auditoria. São Paulo: Atlas.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). (2008). Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília.

GRAMLING, A. A.; RITTENBERG, L. E.; JOHNSTONE, K. M. (2012). Auditoria. São Paulo: Cengage Learning.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). (2019). ISSAI 100: Fundamental Principles of Public Sector Auditing. Disponível em: <https://www.issai.org/wp-content/uploads/2019/08/ISSAI-100-Fundamental-Principles-of-Public-Sector-Auditing.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

LONGO, C. G. (2014). Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras. São Paulo: Atlas.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE (GAO). (2022). Financial Audit Manual, Volume 1. Estados Unidos. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/gao-22-105894.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

Bibliografia complementar:

IUDÍCIBUS, S. D.; MARION, J. C.; PEREIRA, E. (2013). Dicionário de Termos de Contabilidade. São Paulo: Atlas.

NUNES, A. S. (2009). Auditoria de demonstrações financeiras consolidadas. Revista dos Revisores e Auditores. Lisboa: Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Out/Dez.

PORTER, B.; SIMON, J.; HATHERLY, D. (2011). Principles of External Auditing. England: Wiley.

DISCIPLINA 6 – Técnicas de Auditoria do Setor Público (40h)

Bibliografia básica:

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

AKSOY, Tamer; HACIOGLU, Umit. Auditing Ecosystem and Strategic Accounting in the Digital Era: Global Approaches and New Opportunities (Contributions to Finance and Accounting) (English Edition) 1st ed., Springer, 2021.

ANDON, Paul; FREE, Clinton; RADCLIFFE, Vaughan; STEIN, Mitchell. Boundary work at the margins of politics and auditing: rationalising advertising probity in Ontario. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 10.1108/AAAJ-06-2020-4641, ahead-of-print, ahead-of-print, 2022.

BEASLEY, Mark S.; BUCKLESS, Frank A.; GLOVER, Steven M.; PRAWITT, Douglas F. Auditing Cases: An Interactive Learning Approach, 7th Edition, 2019.
BONOLLO, Elisa. Measuring supreme audit institutions' outcomes: current literature and future insights, Public Money & Management, 10.1080/09540962.2019.1583887, (1-10), (2019).

BUČEK, Jan. What Factors Increase the Impact of the SAO's Audit Activity and the Amount of Audited Expenditures Within the Mandate of the SAI?, Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis, 10.11118/actaun.2021.052, 69, 5, (579-594), 2021.

CORDERY, Carolyn J.; HAY, David C. Public sector audit in uncertain times, Financial Accountability & Management, 10.1111/faam.12299, 2021.

CORDERY, Carolyn J.; HAY, David. Supreme audit institutions and public value: Demonstrating relevance, Financial Accountability & Management, 10.1111/faam.12185, 35, 2, (128-142), (2018).

GRAMLING, Audrey A.; RITTENBERG, Larry E.; JOHNSTONE, Karla M. Auditoria. Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

HAZGUI, Mouna; TRIANTAFILLOU, Peter; CHRISTENSEN, Signe Elmer. On the legitimacy and apoliticality of public sector performance audit: exploratory evidence from Canada and Denmark. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 10.1108/AAAJ-04-2020-4508, 2022.

JEPPESEN, Kim K.; CARRINGTON, Thomas; CATASÚS, Bino; JOHNSEN, Åge; REICHBORN-KJENNERUD, Kristin; VAKKURI, Jarmo. The Strategic Options of Supreme Audit Institutions: The Case of Four Nordic Countries, Financial Accountability & Management, 10.1111/faam.12118, 33, 2, 146-170, 2017.

OTIA, Javis Ebu; BRACCI, Enrico. Digital transformation and the public sector auditing: The SAI's perspective, Financial Accountability & Management, 10.1111/faam.12317, 2022.

Bibliografia complementar:

PARKER, Lee D.; SCHMITZ, Jana; JACOBS, Kerry. Auditor and auditee engagement with public sector performance audit: an institutional logics perspective. Financial Accountability & Management, 10.1111/faam.12243, 37, 2, 142-162, 2020.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

PIERRE, Jon; LICHT, Jenny de Fine. How do supreme audit institutions manage their autonomy and impact? A comparative analysis, *Journal of European Public Policy*, 10.1080/13501763.2017.1408669, 26, 2, 226-245, 2017.

SHER-HADAR, Neta; Pick and Roll: Expanded roles for a state auditor. *Financial Accountability & Management*, 10.1111/faam.12218, 36, 3, 229-243, 2019.

YETANO, Ana; TORRES, Lourdes; CASTILLEJOS-SUASTEGUI, Blanca. Are Latin American performance audits leading to changes? *International Journal of Auditing*, 10.1111/ijau.12171, 23, 3, 444-456, 2019.

DISCIPLINA 7 – Fundamentos Jurídicos Aplicados ao Controle (30h)

Bibliografia básica:

AKSOY, Tamer; HACIOGLU, Umit. *Auditing Ecosystem and Strategic Accounting in the Digital Era: Global Approaches and New Opportunities (Contributions to Finance and Accounting)*. Springer, 2021.

AQUINO, A.; ROCHA, A.; OLIVIERI, C.; PINHO, J. Controle Governamental, Accountability e Coprodução. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 2, 2018, p. 123-127. DOI:https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i2.19763

BAE, Gil Soo; CHOI, Seung Uk; LEE, Jae Eun. Auditors' Response to Auditor Business Risk: An Analysis Using Public and Private Companies. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, v. 40, n. 4, Nov. 2021, p. 27–51. DOI: <https://doi.org/10.2308/AJPT-19-102>

BEASLEY, Mark S.; BUCKLESS, Frank A.; GLOVER, Steven M.; PRAWITT, Douglas F. *Auditing Cases: An Interactive Learning Approach*, 7th Edition, 2019

CATLIN, Raven; WATKINS, Cecilian. *Agile Auditing: Fundamentals and Applications*. Ed. Wiley, 2021.

FERREIRA, A. P. M.; ATTANASIO, C. M. C.; MARTINS, M. J. F.; SEGURA, L. C.; FORMIGONI, H. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção das Empresas de Auditoria em relação os impactos de sua adoção. *Redeca: Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA*, v. 5, n. 2, 2018, p. 64–82. DOI: <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2018v5i2p64-82>

FREITAS, V. A. de; FONTES FILHO, J. R. A função de auditoria interna na governança corporativa de bancos no Brasil: agente de controle ou instrumento de legitimidade organizacional? *Contabilidade Vista & Revista*, v. 29, n. 3, 2019, p. 73-101. DOI: <https://doi.org/10.22561/cvr.v29i3.4245>

GROSSI, G.; VAKKURI, J.; SARGIACOMO, M. Accounting, performance and accountability challenges in hybrid organisations: a value creation perspective.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 35, n. 3, 2022, p. 577-597.
<https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2021-5503>

HAY, David. The Future of Auditing. Ed. Routledge Focus, 2021.

MAI, K.T.; HOQUE, Z. Self, ethics, morality and accountability: a case of a public university. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 2022.
<https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2020-4504>

MARKS, Norman D. Auditing that matters, 2016.

Bibliografia complementar:

MARQUES, L. R.; BEZERRA FILHO, J. E.; CALDAS, O. V. Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 14, 2020. DOI:
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.161973>

MEIRA, Soraya Regina Coelho; OLIVEIRA, Arlene de Sousa Barcelos; SANTOS, Célio Oliveira. A contribuição da auditoria para a qualidade da gestão dos serviços de saúde. Brazilian Journal of Business, v. 3, n. 1, p. 1021-1033, jan. /mar. 2021. DOI:
<https://doi.org/10.34140/bjbv3n1-058>

OLIVEIRA, Tatiana Freitas de. Avaliação das Práticas de Auditoria Interna da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU sob a Ótica da Auditoria Baseada em Riscos. Revista da CGU, v. 11, n. 19, 2019.

PINHEIRO, D. R.; OLIVA, E. C. A atuação da auditoria interna na governança pública: um estudo baseado na visão da alta administração das universidades públicas federais brasileiras. Contabilidade Vista & Revista, v. 31, n. 2, 2020. DOI:
10.22561/cvr.v31i2.4933. Disponível em:
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4933>

DISCIPLINA 8 – Contabilidade Aplicada ao Setor Público (45h)

Bibliografia básica:

ADHIKARI, P.; KURUPPU, C.; OUDA, H.; GROSSI, G.; AMBALANGODAGE, D. Unintended consequences in implementing public sector accounting reforms in emerging economies: evidence from Egypt, Nepal and Sri Lanka. International Review of Administrative Sciences, 2021, v. 87, n. 4, p. 870-887. doi:10.1177/0020852319864156

BASKERVILLE, Rachel; GROSSI, Giuseppe. Globalization of accounting standards: observations on neo-institutionalism of IPSAS. Public Money & Management, v. 39, n. 2, 2019, p. 95-103. DOI: 10.1080/09540962.2019.1580894

BRACCI, E.; PAPI, L.; BIGONI, M.; DEIDDA GAGLIARDO, E.; BRUNS, H.-J. Public value and public sector accounting research: a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 31, n. 1, 2019, p. 103-136. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-07-2018-0077>

BRACCI, E.; PAPI, L.; BIGONI, M.; DEIDDA GAGLIARDO, E.; BRUNS, H.J. Public value and public sector accounting research: a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 31, n. 1, 2019, p. 103-136. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-07-2018-0077>

DORN, F.; GAEBLER, S.; ROESEL, F. Ineffective fiscal rules? The effect of public sector accounting standards on budgets, efficiency, and accountability. *Public Choice*, 186, 2021, 387–412. <https://doi.org/10.1007/s11127-019-00755-8>

DORN, F.; GAEBLER, S.; ROESEL, F. Ineffective fiscal rules? The effect of public sector accounting standards on budgets, efficiency, and accountability. *Public Choice*, v. 186, 2021, p. 387–412. <https://doi.org/10.1007/s11127-019-00755-8>

HYNDMAN, N.; LIGUORI, M. Achieving radical change: a comparative study of public-sector accounting in Westminster and Scotland. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v.31, n.2, 2018, p. 428-455. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2016-2527>

IPSASB. Handbook of international public sector accounting pronouncements, 2021. JORGE, S.; NOGUEIRA, S.P.; RIBEIRO, N. The institutionalization of public sector accounting reforms: the role of pilot entities. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 33, n. 2, 2021, p. 114-137. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-08-2019-0125>

KARATZIMAS, Sotirios; HEILING, Jens; AGGESTAM-PONTOPIIDAN, Caroline. Public sector accounting education: a structured literature review. 2022. *Public Money & Management*, DOI: 10.1080/09540962.2022.2066356

LAPSLEY, I.; MILLER, P. Transforming the public sector: 1998–2018. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 32, n. 8, 2019, p. 2211-2252. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2018-3511>

MCCARTHY, D.; ALEXANDER, P.; JUNG, Y. Enhancing the organisational commitment of public sector accounting staff through the pursuit of CSR objectives. *Journal of Accounting & Organizational Change*, v.18, n.2, 2022, p. 304-324. <https://doi.org/10.1108/JAOC-09-2020-0139>

Bibliografia complementar:

MOSES, O.; HOPPER, T. Accounting articles on developing countries in ranked English language journals: a meta-review. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 35, n. 4, 2022, p. 1035-1060. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2020-4528>

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

SELLAMI, Yosra Mnif; GAFSI, Yosra. Institutional and Economic Factors Affecting the Adoption of International Public Sector Accounting Standards, *International Journal of Public Administration*, 42:2, 2019, p. 119-131. DOI: 10.1080/01900692.2017.1405444

VAN HELDEN, Jan. New development: The practical relevance of public sector accounting research; time to take a stand, *Public Money & Management*, 39:8, 2019, p. 595-598. DOI: 10.1080/09540962.2019.1621053..

DISCIPLINA 9 – ABR (60h)

Bibliografia básica:

AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (AICPA). *Audit Guide: Analytical Procedures*, prepared by Analytical Procedures Audit Guide Revision Task Force, AICPA, Estados Unidos, 2007.

ANTUNES, Jerônimo. *Contribuição ao estudo da avaliação de risco e controles internos na auditoria de demonstrações financeiras*. 1998. 227 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

AVALOS, José Miguel Aguilera. *Auditoria e gestão de riscos*. Instituto Chiavenato (org.). – São Paulo: Saraiva, 2009.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. *Auditoria*. Tradução de José Evaristo do Santos. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. *Glossário de Termos do Controle Externo*. Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo. Brasília: TCU, 2017. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/control-e-fiscalizacao/>>. Acesso em: mar. 2023.

_____. *Manual de Auditoria Financeira*. – Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2016. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/control-e-externo/normas-e-orientacoes/normas-tcu/auditoria-financeira.htm>>. Acesso em: mar. 2023.

_____. *Roteiro de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos*. – Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2018. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/control-e-externo/normas-e-orientacoes/tecnicas-estudos-e-ferramentas-de-apoio/>>. Acesso em: mar. 2023.

_____. *Roteiro de Levantamento*. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2018a. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/control-e-fiscalizacao/>>. Acesso em: mar. 2023.

_____. *Tribunal de Contas da União. Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT)*. Rev. Jun. 2011 (Portaria-TCU Nº 280/2010, alterada pela Portaria-TCU Nº 168/2011). – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2010. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/control-e-externo/normas-e-orientacoes/normas-tcu/nat.htm>>. Acesso em: mar. 2023.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

_____. Tribunal de Contas da União. Portaria-Segecex n. 27, de 24 out. 2017. Atualiza o documento "Glossário de Termos do Controle Externo". – Brasília: TCU, 2017. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br>>. Acesso: dez. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. TC 025.642/2014-6. Roteiro de Metodologia de Auditoria com Foco em Riscos e Processos. Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico. Brasília: 2014.

_____. Tribunal de Contas da União. Técnica de Auditoria Mapa de Processo. – Brasília: TCU, Segecex, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2003. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/control-externo/normas-e-orientacoes/tecnicas-estudos-e-ferramentas-de-apoio/>>. Acesso em: mar. 2023.

Bibliografia complementar:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). – NBC TA 11.6 – Relevância na Auditoria (2003). Disponível em <<http://www.cfc.org.br/legislacao/>>. Acesso em: mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 200 (R1) – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas de auditoria (2016). Disponível em <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA200(R1))>. Acesso em: mar. 2023.

_____. NBC TA 315 (R1) – Identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente (2016). Disponível em <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA315\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA315(R1))>. Acesso em: mar. 2023.

_____. NBC TA 500 (R1) – Evidência de auditoria (2016). Disponível em <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA500\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA500(R1))>. Acesso em: mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 300 (R1) – Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis (2016). Disponível em <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA300\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA300(R1))>. Acesso em: mar. 2023.

_____. NBC TA 315 (R1) – Identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente (2016). Disponível em <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA315\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2016/NBCTA315(R1))>. Acesso em: mar. 2023.

APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS – IPSAS (150h)

Bibliografia básica:

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE GOVERNAMENTAL: AUDITORIA FINANCEIRA

PPC

Conforme estabelecido pela instituição promotora.

Bibliografia complementar:

Conforme estabelecido pela instituição promotora.

APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS – PESA-P (100h)

Bibliografia básica:

Conforme estabelecido pela instituição promotora.

Bibliografia complementar:

Conforme estabelecido pela instituição promotora.